



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**\*PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO N.º 307, DE 2008  
(Do Sr. Eduardo Valverde e outros)**

Modifica o art. 128 da Constituição da República, alterando a redação de seus parágrafos 2º, 3º e 4º, para permitir a nomeação do Procurador-Geral da República dentre os quatro ramos que compõe o Ministério Público da União e dá outras providências.

**DESPACHO:**

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DA PEC 59/1995 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE DA PEC 59/1995 A PEC 307/2008, A PEC 95/2011, A PEC 186/2016, A PEC 251/2016 E A PEC 289/2016, E, EM SEGUIDA, APENSE-AS À PEC 183/2003.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(\*) Atualizado em 02/02/2023 em virtude de novo despacho.

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL N. ,de 2008  
(do Sr. Eduardo Valverde PT-RO)

Modifica o art. 128 da Constituição da República, alterando a redação de seus parágrafos 2º, 3º e 4º, para permitir a nomeação do Procurador-Geral da República dentre os quatro ramos que compõe o Ministério Público da União e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º. O artigo 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:**

**“Art. 128 - *[omissis]***

**I - *[omissis]***

**II - *[omissis]***

**§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, alternadamente entre os quatro ramos que o compõem, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.**

**§ 2º - A destituição do Procurador-Geral da República, bem como dos demais Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos que**

**compõe o Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.**

**§ 3º - Os Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar, dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.**

**§ 4º - [omissis]**

**§ 5º - [omissis]**

**§ 6º - [omissis]”**

**Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

## **JUSTIFICATIVA**

A possibilidade de escolha do Procurador-Geral da República entre os integrantes do MPU mediante lista tríplice é necessária para dar tratamento simétrico a todos os ramos que compõe o Ministério Público nacional, em consonância com os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional da instituição previstos no art. 127, §1º.

O Procurador-Geral da República, por imperativo constitucional, é o chefe do Ministério Público da União - MPU e, portanto, de todos os seus quatro ramos, que compreendem o Ministério Público Federal – MPF, o Ministério Público do Trabalho - MPT, o Ministério Público Militar - MPM e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.

**A instituição de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral da República, para mandatos alternados entre os quatro ramos que compõe o Ministério Público da União é medida salutar, pois vem dar simetria de tratamento a todos os Ministérios Públicos. Isto porque a Constituição já traz a previsão de elaboração desta lista tríplice para os Estados e para a União, exceto para a escolha do Procurador-Geral da República. Assim, o texto inova positivamente ao instituir, também para o chefe do MPU, a elaboração da lista tríplice.**

A atual redação conferida pela PEC ao art. 128, § 1º, da Constituição Federal, ao determinar que o Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União, será escolhido dentre os integrantes da carreira, vem facultando a consolidação de uma tradição errônea de apenas o Ministério Público Federal, que é um ramo igual aos três outros que compõem o Ministério Público da União (Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), indicar candidatos.

Tal prática está vinculada a um momento constitucional anterior à CF de 1988, quando o Ministério Público Federal fazia as vezes da advocacia-geral da união, o que foi corretamente destacado consoante arts. 131 e segs.

Portanto, como Chefe de todos os quatro ramos do Ministério Público da União, o Procurador-Geral da República exerce importantes competências executivas e administrativas que repercutem nos quatro ramos e, portanto, não pode ter sua escolha limitada somente ao Ministério Público Federal, sob pena de se inviabilizar o adequado trabalho de todos os três demais ramos.

A redação atual do art. 128, cuja interpretação faculta a preponderância do Ministério Público Federal no cenário jurídico nacional, se mostra de difícil compatibilização com a idéia de adequado funcionamento do Ministério Público da União como instituição una, indivisível e independente. Afinal, a circunstância de competir ao chefe do Ministério Público da União apresentar a proposta de orçamento da instituição, decidir sobre atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal, e de propor ao Poder Legislativo os projetos de lei sobre todo o Ministério Público da União, e não somente quanto ao MPF, exige do eventual ocupante da chefia uma isenção e distanciamento capazes de evitar o favorecimento de algum ramo em particular, em prejuízo dos demais, todos eles dignos de igual consideração e respeito em nosso sistema Constitucional.

*Mutatis mutandis*, seria o mesmo que atribuir, por exemplo, ao Ministério Público do Estado de São Paulo, a faculdade de fazer Procurador-Geral

que viesse a deliberar pelos demais Ministérios Públicos das outras unidades da Federação.

No sistema vigente na atual Constituição, é possível que qualquer membro dos quatro ramos possa ser nomeado Procurador-Geral da República. Todavia, até o momento o que se tem visto é que somente integrantes do MPF são nomeados, justamente pela incorreta redação do art. 128, que não prevê a necessária alternância entre os quatro ramos nos mandatos, o que vem acarretando certas distorções no âmbito administrativo. É isto que os números referentes aos gastos e investimentos no âmbito do Ministério Público da União sugerem. Veja-se a participação percentual de cada um dos ramos do MPU nos gastos com pessoal e encargos sociais nos últimos anos:

| Unidades | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| MPF      | 53   | 54   | 52   | 54   | 54   | 64   | 53   | 61   |
| MPT      | 29   | 28   | 29   | 28   | 27   | 20   | 27   | 23   |
| MPDFT    | 12   | 12   | 13   | 12   | 14   | 11   | 14   | 12   |
| MPM      | 6    | 6    | 6    | 6    | 5    | 5    | 6    | 4    |

A prioridade na destinação de recursos em favor do Ministério Público Federal - MPF, cujo chefe tem sido também o chefe do Ministério Público da União - MPU, é repetida na política de admissão de pessoal de apoio. Basta compararmos a relação atual entre o número de membros e o número de servidores de cada um dos ramos do MPU:

| Ramos | Servidores | Membros | Servidores/Membro |
|-------|------------|---------|-------------------|
| MPM   | 255        | 73      | 3,5               |
| MPDFT | 508        | 337     | 1,5               |
| MPF   | 3.395      | 566     | 6                 |
| MPT   | 1.261      | 470     | 2,7               |

A discrepância acentuar-se-á ainda mais quando todas as vagas criadas pela Lei 10.773/2003 estiverem preenchidas. O quadro, então, será o seguinte:

| Ramos      | Servidores   | Membros    | Servidores/Membro |
|------------|--------------|------------|-------------------|
| MPM        | 375          | 73         | 5,13              |
| MPDFT      | 1.085        | 387        | 2,8               |
| <b>MPF</b> | <b>7.395</b> | <b>802</b> | <b>9,77</b>       |
| MPT        | 1.761        | 770        | 2,28              |

**A toda evidência, se o quadro atual já gera distorções, em favor do MPF, ainda mais ocorrerá se os demais ramos do MPU não tiverem qualquer participação na elaboração da futura lista tríplice para escolha do chefe do MPU, o Procurador-Geral da República.**

**Demais disso, com a aprovação da mudança aqui sugerida, os possíveis candidatos à lista tríplice passarão dos 802 integrantes do MPF para os 2032 integrantes do MPU, incluindo os integrantes do MPF, o que aferirá inegável legitimidade ao pleito, pois todos os membros do Ministério Público da União votarão e poderão ser votados para a escolha da chefia da instituição. Caso contrário, somente os 802 integrantes do MPF determinariam quem seria o chefe dos 2032 Membros, situação esta inaceitável no regime democrático em que vivemos.**

Finalmente, para que não se diga que o Procurador-Geral da República é também o chefe do Ministério Público Federal e que por esta razão ele tem de, obrigatoriamente, ser ungido dos quadros deste último, propõe-se a alteração do §3º do art. 128, para criar o Procurador Geral do Ministério Público Federal, à similitude dos demais ramos do MPU, todos passando à nomeação do Chefe do Executivo e não mais apenas o PGR. Da mesma forma o processo de destituição dos Procuradores Gerais do MPF, MPT, MPM e MPDF passa a ser idêntico ao do PGR e dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, o que reforça a autonomia de cada dos ramos do MPU frente ao PGR, consolidando a democracia na instituição, agora garantida com a alternância de ramos nos mandatos do PGR.

Esta nova forma de escolha dos Procuradores Gerais estabelece simetria de tratamento entre todos os ramos do Ministério Público nacional, sejam eles do MPU ou dos Estados e acaba com o desequilíbrio entre os quatro ramos do MPU, cuja perpetuação ensejará graves conseqüências aos jurisdicionados, já que matérias não afetas ao MPF serão relegadas a segundo plano, como conseqüência

das discrepâncias administrativas e orçamentárias entre MPF e o MPT, MPDF e MPM, que deixam estes últimos em situação deficitária para atendimento das demandas.

Por todo o exposto, solicita-se a aprovação do texto desta Proposta de Emenda à Constituição, como forma de gerar simetria e dar a mesma importância jurídica a todo o Ministério Público nacional.

Sala de Sessões em                      de                      de 2008

EDUARDO VALVERDE  
Deputado Federal PT-RO

## CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS (53ª Legislatura 2007-2011)

14/11/2008 11:31:01  
Página: 1 de 6

**Proposição:** PEC 0307/08  
**Autor da Proposição:** EDUARDO VALVERDE E OUTROS  
**Data de Apresentação:** 12/11/2008  
**Ementa:** Modifica o art. 128 da Constituição da República, alterando a redação de seus parágrafos 2º, 3º e 4º, para permitir a nomeação do Procurador-Geral da República dentre os quatro ramos que compõem o Ministério Público da União e dá outras providências.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

|                               |                   |     |
|-------------------------------|-------------------|-----|
| <b>Totais de Assinaturas:</b> | Confirmadas       | 181 |
|                               | Não Conferem      | 005 |
|                               | Fora do Exercício | 002 |
|                               | Repetidas         | 002 |
|                               | Ilegíveis         | 000 |
|                               | Retiradas         | 000 |
|                               | Total             | 190 |

### Assinaturas Confirmadas

|                      |      |    |
|----------------------|------|----|
| ABELARDO CAMARINHA   | PSB  | SP |
| ADÃO PRETTO          | PT   | RS |
| ADEMIR CAMILO        | PDT  | MG |
| AELTON FREITAS       | PR   | MG |
| ALBERTO FRAGA        | DEM  | DF |
| ALCENI GUERRA        | DEM  | PR |
| ALEXANDRE SILVEIRA   | PPS  | MG |
| ALINE CORRÊA         | PP   | SP |
| ANSELMO DE JESUS     | PT   | RO |
| ANTÔNIO ANDRADE      | PMDB | MG |
| ANTONIO BULHÕES      | PMDB | SP |
| ANTÔNIO CARLOS BIFFI | PT   | MS |
| ANTONIO CRUZ         | PP   | MS |
| ARIOSTO HOLANDA      | PSB  | CE |
| ÁTILA LIRA           | PSB  | PI |
| B. SÁ                | PSB  | PI |
| BILAC PINTO          | PR   | MG |



|                   |       |    |
|-------------------|-------|----|
| CARLITO MERSS     | PT    | SC |
| CARLOS SANTANA    | PT    | RJ |
| CARLOS WILLIAN    | PTC   | MG |
| CARLOS ZARATTINI  | PT    | SP |
| CELSON MALDANER   | PMDB  | SC |
| CHICO DA PRINCESA | PR    | PR |
| CHICO LOPES       | PCdoB | CE |
| CIRO PEDROSA      | PV    | MG |
| CLEBER VERDE      | PRB   | MA |
| COLBERT MARTINS   | PMDB  | BA |
| CRISTIANO MATHEUS | PMDB  | AL |
| CUSTÓDIO MATTOS   | PSDB  | MG |
| DAGOBERTO         | PDT   | MS |
| DAMIÃO FELICIANO  | PDT   | PB |
| DAVI ALCOLUMBRE   | DEM   | AP |
| DÉCIO LIMA        | PT    | SC |
| DEVANIR RIBEIRO   | PT    | SP |
| DILCEU SPERAFICO  | PP    | PR |
| DJALMA BERGER     | PSB   | SC |
| DOMINGOS DUTRA    | PT    | MA |
| DR. NECHAR        | PV    | SP |
| DR. TALMIR        | PV    | SP |
| EDGAR MOURY       | PMDB  | PE |
| EDIGAR MÃO BRANCA | PV    | BA |
| EDINHO BEZ        | PMDB  | SC |
| EDMAR MOREIRA     | DEM   | MG |
| EDMILSON VALENTIM | PCdoB | RJ |
| EDUARDO CUNHA     | PMDB  | RJ |
| EDUARDO DA FONTE  | PP    | PE |
| EDUARDO GOMES     | PSDB  | TO |
| EDUARDO LOPES     | PSB   | RJ |
| EDUARDO SCIARRA   | DEM   | PR |
| EDUARDO VALVERDE  | PT    | RO |
| EFRAIM FILHO      | DEM   | PB |
| ELIENE LIMA       | PP    | MT |
| ELISEU PADILHA    | PMDB  | RS |
| ENIO BACCI        | PDT   | RS |
| EUDES XAVIER      | PT    | CE |
| EUGÊNIO RABELO    | PP    | CE |

|                      |       |    |
|----------------------|-------|----|
| EUNÍCIO OLIVEIRA     | PMDB  | CE |
| FELIPE BORNIER       | PHS   | RJ |
| FÉLIX MENDONÇA       | DEM   | BA |
| FERNANDO DE FABINHO  | DEM   | BA |
| FERNANDO FERRO       | PT    | PE |
| FERNANDO MELO        | PT    | AC |
| FILIPE PEREIRA       | PSC   | RJ |
| FRANCISCO PRACIANO   | PT    | AM |
| FRANK AGUIAR         | PTB   | SP |
| GERALDO PUDIM        | PMDB  | RJ |
| GILMAR MACHADO       | PT    | MG |
| GIVALDO CARIMBÃO     | PSB   | AL |
| GLADSON CAMELI       | PP    | AC |
| GONZAGA PATRIOTA     | PSB   | PE |
| GUILHERME CAMPOS     | DEM   | SP |
| ILDERLEI CORDEIRO    | PPS   | AC |
| IRINY LOPES          | PT    | ES |
| JACKSON BARRETO      | PMDB  | SE |
| JAIME MARTINS        | PR    | MG |
| JÔ MORAES            | PCdoB | MG |
| JOÃO DADO            | PDT   | SP |
| JOÃO MAGALHÃES       | PMDB  | MG |
| JOÃO PAULO CUNHA     | PT    | SP |
| JORGE BITTAR         | PT    | RJ |
| JORGE KHOURY         | DEM   | BA |
| JOSÉ AIRTON CIRILO   | PT    | CE |
| JOSÉ EDUARDO CARDOZO | PT    | SP |
| JÚLIO CESAR          | DEM   | PI |
| JÚLIO DELGADO        | PSB   | MG |
| JULIO SEMEGHINI      | PSDB  | SP |
| JURANDIL JUAREZ      | PMDB  | AP |
| JUSMARI OLIVEIRA     | PR    | BA |
| LAERTE BESSA         | PMDB  | DF |
| LÁZARO BOTELHO       | PP    | TO |
| LEANDRO SAMPAIO      | PPS   | RJ |
| LEANDRO VILELA       | PMDB  | GO |
| LEONARDO PICCIANI    | PMDB  | RJ |
| LEONARDO QUINTÃO     | PMDB  | MG |
| LEONARDO VILELA      | PSDB  | GO |

|                          |       |    |
|--------------------------|-------|----|
| LINCOLN PORTELA          | PR    | MG |
| LINDOMAR GARÇON          | PV    | RO |
| LIRA MAIA                | DEM   | PA |
| LUCIANO CASTRO           | PR    | RR |
| LÚCIO VALE               | PR    | PA |
| LUIZ BASSUMA             | PT    | BA |
| LUIZ CARLOS BUSATO       | PTB   | RS |
| LUIZ SÉRGIO              | PT    | RJ |
| MAGELA                   | PT    | DF |
| MANATO                   | PDT   | ES |
| MARCELO ALMEIDA          | PMDB  | PR |
| MARCELO CASTRO           | PMDB  | PI |
| MARCIO JUNQUEIRA         | DEM   | RR |
| MARCOS ANTONIO           | PRB   | PE |
| MARCOS MONTES            | DEM   | MG |
| MARIA DO CARMO LARA      | PT    | MG |
| MÁRIO DE OLIVEIRA        | PSC   | MG |
| MÁRIO HERINGER           | PDT   | MG |
| MAURÍCIO QUINTELLA LESSA | PR    | AL |
| MENDES RIBEIRO FILHO     | PMDB  | RS |
| MIGUEL CORRÊA            | PT    | MG |
| MOISES AVELINO           | PMDB  | TO |
| NEILTON MULIM            | PR    | RJ |
| NELSON BORNIER           | PMDB  | RJ |
| NELSON MARQUEZELLI       | PTB   | SP |
| NELSON MEURER            | PP    | PR |
| NELSON PROENÇA           | PPS   | RS |
| NELSON TRAD              | PMDB  | MS |
| NILSON MOURÃO            | PT    | AC |
| ODAIR CUNHA              | PT    | MG |
| OSMAR JÚNIOR             | PCdoB | PI |
| OSMAR SERRAGLIO          | PMDB  | PR |
| OSVALDO REIS             | PMDB  | TO |
| PAULO HENRIQUE LUSTOSA   | PMDB  | CE |
| PAULO LIMA               | PMDB  | SP |
| PAULO PEREIRA DA SILVA   | PDT   | SP |
| PAULO PIMENTA            | PT    | RS |
| PAULO ROBERTO            | PTB   | RS |
| PAULO ROCHA              | PT    | PA |

|                         |      |    |
|-------------------------|------|----|
| PAULO TEIXEIRA          | PT   | SP |
| PEDRO CHAVES            | PMDB | GO |
| PEDRO EUGÊNIO           | PT   | PE |
| PEDRO NOVAIS            | PMDB | MA |
| PEDRO WILSON            | PT   | GO |
| PEPE VARGAS             | PT   | RS |
| PINTO ITAMARATY         | PSDB | MA |
| POMPEO DE MATTOS        | PDT  | RS |
| PROFESSOR SETIMO        | PMDB | MA |
| RAIMUNDO GOMES DE MATOS | PSDB | CE |
| RATINHO JUNIOR          | PSC  | PR |
| REBECCA GARCIA          | PP   | AM |
| REGIS DE OLIVEIRA       | PSC  | SP |
| RENATO AMARY            | PSDB | SP |
| RENATO MOLLING          | PP   | RS |
| RIBAMAR ALVES           | PSB  | MA |
| RICARDO BERZOINI        | PT   | SP |
| ROBERTO BRITTO          | PP   | BA |
| RODRIGO DE CASTRO       | PSDB | MG |
| ROGERIO LISBOA          | DEM  | RJ |
| RUBENS OTONI            | PT   | GO |
| SARNEY FILHO            | PV   | MA |
| SEBASTIÃO BALA ROCHA    | PDT  | AP |
| SEBASTIÃO MADEIRA       | PSDB | MA |
| SÉRGIO BRITO            | PDT  | BA |
| SÉRGIO MORAES           | PTB  | RS |
| SEVERIANO ALVES         | PDT  | BA |
| SILVINHO PECCIOLI       | DEM  | SP |
| SILVIO TORRES           | PSDB | SP |
| TADEU FILIPPELLI        | PMDB | DF |
| TAKAYAMA                | PSC  | PR |
| TARCÍSIO ZIMMERMANN     | PT   | RS |
| TATICO                  | PTB  | GO |
| ULDURICO PINTO          | PMN  | BA |
| VALADARES FILHO         | PSB  | SE |
| VELOSO                  | PMDB | BA |
| VICENTINHO              | PT   | SP |
| VICENTINHO ALVES        | PR   | TO |
| VIGNATTI                | PT   | SC |

|                    |      |    |
|--------------------|------|----|
| VILSON COVATTI     | PP   | RS |
| VIRGÍLIO GUIMARÃES | PT   | MG |
| VITOR PENIDO       | DEM  | MG |
| WALDIR MARANHÃO    | PP   | MA |
| WALTER IHOSHI      | DEM  | SP |
| WOLNEY QUEIROZ     | PDT  | PE |
| ZÉ GERALDO         | PT   | PA |
| ZEQUINHA MARINHO   | PMDB | PA |

### **Assinaturas que Não Conferem**

|                      |      |    |
|----------------------|------|----|
| BONIFÁCIO DE ANDRADA | PSDB | MG |
| CLÁUDIO DIAZ         | PSDB | RS |
| ELISMAR PRADO        | PT   | MG |
| VITAL DO RÊGO FILHO  | PMDB | PB |
| WELLINGTON ROBERTO   | PR   | PB |

### **Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

|                |      |    |
|----------------|------|----|
| AYRTON XEREZ   | DEM  | RJ |
| CEZAR SCHIRMER | PMDB | RS |

### **Assinaturas Repetidas**

|                |       |    |
|----------------|-------|----|
| CHICO LOPES    | PCdoB | CE |
| VILSON COVATTI | PP    | RS |

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO IV  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**  
.....

**CAPÍTULO IV  
DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

**Seção I  
Do Ministério Público**

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

*\* § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

*\* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

*\* § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

*\* § 6º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

*\* § 5º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

*\* Alínea b com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

*\* Alínea c com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária;

*\* Alínea e com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

*\* Alínea f acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.

*\* § 6º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

*\* § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

*\* § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

*\* § 4º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

*\* § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

## Seção II

### Da Advocacia Pública

*\* Seção II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.



Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

*\* Artigo, caput com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

*\* Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

.....  
 .....

## LEI Nº 10.771, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a criação de cargos de Membro, criação de Cargos Efetivos, criação e transformação de Funções Comissionadas no âmbito do Ministério Público da União, e a criação e transformação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal, e criação de Ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os cargos de Membro, na Carreira Institucional do Ministério Público da União, constantes desta Lei.

Art. 2º Ficam criados, na Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, os Cargos Efetivos constantes desta Lei.

.....  
 .....

|                         |
|-------------------------|
| <b>FIM DO DOCUMENTO</b> |
|-------------------------|